



ELLO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII — N.º 213

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — AGO./SET. 1992 — 100\$00

VIDA ASSOCIATIVA

● REVISÃO ESTATUTÁRIA

- Comissão reúne e ultima documento conjunto sobre as propostas remetidas à MAGN
- Sócios de Lisboa aderem ao seu estudo e dinâmica



PAGA AS TUAS QUOTAS

**SEM SAIR DE CASA E SEM QUALQUER ENCARGO!
ADERE AO NOVO SISTEMA DE PAGAMENTO
POR DÉBITO EM CONTA!
INFORMA-TE NAS DELEGAÇÕES**

- **Núcleo de Aveiras de Cima**
 - **Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo**
- Entidades locais, Órgãos e Sócios da ADFA**
vivem intensa jornada de participação

Legislação:

- Publicada Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação
- Alterado Sistema de Tributação de Pensões em IRS

Secretário Geral da FMAC em Lisboa para preparação da «VI Conferência Internacional sobre Legislação»



ADFA participa, em Varsóvia, na reunião sobre «Os antigos combatentes face às alterações na Europa Central e Oriental»



TIMOR! SEMPRE!

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Agora que a obra está a aproximar-se do final, não podem ser grandes as novidades a dar. Na verdade, entra-se num período como que cinzento, em que o edifício está quase pronto, há muitos acabamentos a fazer, arruamentos a construir, espaços verdes a implantar e depois... depois, todo um mobiliário a instalar, cozinha a «aparelhar», redes telefónica e informática a montar para depois... depois, se poderem transferir os serviços e pô-los a (re)funcionar como deve ser.

Prazos? Deve ser relativamente difícil de dizer, para não se avançar com datas que podem, por qualquer motivo, não serem respeitadas. De qualquer maneira já não falta tudo... Falta, isso sim, aquilo com que se compra o equipamento necessário! Estão a perceber? Bom, não devem estar, visto que o «nível» da nossa campanha tem baixado muito, mau grado o anunciado «auto» sorteio, cujo regulamento, ao contrário do que tínhamos previsto, não podemos ainda publicar por razões de ordem burocrática. Mas, repete-se a informação de Julho, a ele estarão habilitados todos os que contribuam com donativos (entre 1 de Setembro de 1992 e 30 de Abril de 1993), correspondendo um número a cada 1000\$00, estando devidamente salvaguardados, e registados para envio posterior de senha(s), os contributos havidos desde o primeiro dia do concurso.

No entanto, nesta fase aparentemente mais parada da obra, duas importantes reuniões de trabalho se efectuaram, uma na nova Sede e outra na Secretaria de Estado da Defesa Nacional, do que se dá mais notícia em «Agenda».

E antes de passarmos aos nossos (fracos) números, registre-se a oferta de diverso material eléctrico pela firma CEL-CAT, no valor aproximado de 220 mil escudos.

Transporte (JUL92) 10 584 423\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
10 572	José M. L. Coelho	10 000\$00
12 044	Serafim M. Neves	10 000\$00
677	Horácio P. Pinheiro	10 000\$00
—	Manuel Luís	10 000\$00
72	Carlos D. Laranjo	10 000\$00
2 253	Atáide A. Candeias	10 000\$00
817	Amílcar P. Fontinha	13 000\$00
7 314	Humberto A. G. Vicente	* 10 000\$00
11 227	José M. Ferreira	10 000\$00
5 997	Adelino J. M. Barros	4 000\$00
1 075	José M. F. Pereira	3 000\$00
6 700	Martinho Carlos	5 000\$00
10 056	João C. Santos	2 000\$00
4 250	Carlos A. Rosado	7 000\$00
12 219	António R. Elói	5 000\$00
1 385	Adelino S. Jorge	5 000\$00
12 366	Armindo J. Silvestre	2 000\$00
5 046	João C. Martins	5 000\$00
8 429	Fernando M. C. Henriques	5 000\$00
10 862	José F. Tempero	5 000\$00

A transportar (SET92) 10 725 423\$20

(*) Registe-se devidamente: o primeiro donativo angariado por intermédio do recém-criado Núcleo de Aveiras de Cima! Ficamos à espera de mais...



Secretário-Geral da FMAC

A fim de tratar e analisar questões relacionadas com a organização, em Lisboa, em 1994, da VI Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC, esteve na ADFA o Secretário-Geral da Federação Mundial, Serge Wourgaft, acompanhado da respectiva Directora-Executiva, Martine Fort, tendo sido realizadas várias reuniões de trabalho com elementos da Direcção Central e outros responsáveis associativos.

Dada a extraordinária importância que estes encontros internacionais assumem, no panorama legislativo a nível mundial, face ao facto de, mais do que nunca, se procurar encontrar uma defesa e uma protecção social adequada para as vítimas de guerra — e nem sequer é preciso recordar o que se passa quanto a conflitos no Mundo de hoje —, sendo seus participantes não só delegados das associações filiadas como também representantes de Governos e de organizações internacionais, nomeadamente a ONU e a CEE, teve lugar, também, no Ministério da Defesa Nacional, uma audiência com o respectivo Secretário de Estado, o qual garantiu todo o interesse e apoio do Estado português a este acontecimento.

Na ocasião, ELO aproveitou para entrevistar o Secretário-Geral sobre vários assuntos, e dessa conversa se dará notícia mais completa em Outubro, em complemento da informação sobre a Conferência de Varsóvia (ver rubrica ELO/OUT92).

Nova Sede

o passado dia 14, o Presidente, 2.º Secretário e Tesoureiro da Direcção Central deslocaram-se ao Ministério da Defesa Nacional para uma reunião de trabalho com a Chefe

de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr.ª Zulmira Queirós e com o Assessor do Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, dr. Adérito Pinto, a fim de ser analisada a actual fase da construção da nova Sede e serem estudados os financiamentos finais a apresentar.

Ainda neste período, no dia 1 de Setembro, visitou as obras um representante do Ministério do Emprego e Segurança Social, eng.º Araújo, técnico superior da área de Património do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, o qual foi acompanhado pelo Presidente da DC e pelo responsável de fiscalização da ADFA.

Associação dos Mutilados Militares das Guerras em Angola — AMMIGA

Após ter estado na ADFA, em Julho passado, voltou a visitar a nossa Sede, no dia 17 deste mês, o ten.-coronel Vítor Cardoso, do Secretariado de Apoio aos Deficientes de Guerra, de Angola, com a finalidade de, em reunião com elementos da Direcção Central e o Assessor do Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, estudar a melhor forma de cooperação e apoio à recém-criada Associação dos Mutilados Militares das Guerras em Angola — AMMIGA, entidade que foi decidido criar naquele país — talvez o do Mundo com maior número de deficientes de guerra —, com base na experiência da ADFA e após os diversos contactos havidos desde o nascimento da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Instituto Português de Medicina Preventiva e Cooperação

Com um ambicioso projecto, a curto prazo, de construção de um centro de reabilitação e formação profissional, promoveu o ainda recente Instituto Português de Medicina Preventiva e Cooperação, da Cova da Piedade, um espectáculo para angariação de fundos que contituito, para além do apoio a deficientes civis, toxicodependentes e idosos, em Portugal, vai desenvolver uma acção especial junto dos mutilados de guerra daquele paeres com Angola, o Instituto, para além do apoio a deficientes civis, toxicodependentes e idosos, em Portugal, vai desenvolver uma acção especial junto dos mutilados de guerra daquele país, tentando superar, de certo modo, a retirada da Cruz Vermelha Holandesa, cuja atenção se voltou mais para os países de Leste, contando, para isso, com a assistência da ADFA, em intercâmbio já iniciado.

Monumento ao combatente do Ultramar

Conforme noticiado no último ELO, findou em 10 deste mês o concurso público para a construção do Monumento ao Combatente do Ultramar, tendo-se já reunido, com a participação do representante da Direcção Central da ADFA, e sob a presidência do general Altino de Magalhães, da Liga dos Combatentes, a respectiva Comissão Executiva, para decidir da data de abertura das propostas e analisar outras questões pendentes.

Como curiosidade, e porque enviada à ADFA a respectiva notícia, com fotografia, assinala-se que, talvez ao contrário do que muitos julgarão, nem todos os pequenos monumentos «ao combatente» espalhados por esse país, o são referentes à I Grande Guerra, sendo alguns de construção bem recente, como o de Ourém, inaugurado apenas em 16 de Novembro do ano passado, na presença de altas entidades e de representações militares.

ADFA aos microfones... Rádio Sul e Sueste...

Na sequência de intervenções que a ADFA já manteve no programa «Caminhos Novos», do Rádio Sul e Sueste, do Barreiro, foi, mais uma vez, convidada a participar naquele mesmo espaço semanal, agora remodelado, com realização e coordenação de Alfredo Afonso, assistência de realização de Sónia Santos e assistência técnica de Luís Bonix.

Assim, na sua 14.ª edição, ocorrida entre as 13 e as 15 horas do passado dia 19, o 1.º Secretário da Direcção Central, e Director do ELO, em conversa mantida com aquele jornalista/realizador, tratou da mais vasta temática relativa à deficiência, à reabilitação, ao associativismo e à informação, tendo-se gerado oportunidade para falar de legislação específica a partir do telefonema de um ouvinte, sócio da ADFA, que pretendia informação sobre a situação das «viúvas de guerra», aliás questão que, neste momento preciso, a Direcção tem entre mãos, embora, tal como foi esclarecido, a prioridade legislativa da ADFA se centre nos grandes deficientes militares sem nexo de causalidade com o serviço.

Foram duas horas de intenso e interessado diálogo, onde se realçou a posição da ADFA em relação à recém-publicada «Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação», assim como, até por conhecido da equipa do programa, a função do ELO como órgão de comunicação dedicado à área da deficiência.

Rádio Clube da Moita

Embora se venha a noticiar com maior destaque em Outubro, desde já a informação de que a ADFA irá estar presente no programa «Margens da Noite», do Rádio Clube da Moita (95.3/FM), a partir da 1 hora da noite de 9 (para 10), do próximo mês.

Aos interessados caberá saber que a área geográfica coberta por esta emissora abrange grande parte da margem sul do Tejo e, na margem norte, a Grande Lisboa.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 98/92, de Maio de 1992, publicado no Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 123, de 18 de Maio de 1992.

— Estabelece-se regras desbloqueamento de escalões e introduz ajustamentos no sistema retributivo dos militares das Forças Armadas.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 184/92, de 22 de Agosto, publicado no Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 193, de 22 de Agosto de 1992.

— Reestrutura o Secretariado Nacional de Reabilitação.

Conforme se indica no resumo acima, entre alguns diplomas legislativos de mais interesse para os nossos associados, destaca-se, neste período, a publicação do Decreto-Lei n.º 184/92 — 22 de Agosto —, do Ministério do Emprego e da Segurança Social, que trata da reorganização do Secretariado Nacional de Reabilitação, documento que sofreu, de imediato, fortes reacções das «organizações não governamentais» da área, nomeadamente da ADF, cuja Direcção Central fez chegar ao respectivo Ministro uma exposição sobre o assunto, em coerência com as posições sempre assumidas no Conselho Nacional de Reabilitação, e em outros fóruns, reflexo das quais é o Editorial deste ELO.

Para melhor esclarecimento, transcreve-se parcialmente o Decreto:

A estrutura orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação mostra-se neste momento ultrapassada pela evolução da filosofia de reabilitação, bem como pelas alterações verificadas no contexto da política nacional de reabilitação. De facto, com a publicação da Lei de Bases de Prevenção e de Reabilitação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 9/89, de 2 de Maio), diploma que consagra um quadro conceptual inovador, assente em princípios mais universalistas e humanistas, e com a aprovação do Plano Orientador de Reabilitação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/88, de 10 de Dezembro, torna-se imperioso proceder a uma reorganização dos serviços do Secretariado Nacional de Reabilitação. Para tal há que, designadamente, definir as respectivas atribuições, aproximando-as do seu quadro de intervenção interinstitucional, com vista a uma maior operacionalidade no seu funcionamento.

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º O Secretariado Nacional de Reabilitação, adiante abreviadamente designado por SNR, é uma pessoa colectiva de direito dotada de autonomia administrativa, que funciona sob tutela do Ministro do Emprego e da Segurança Social.

Art.º 2.º O SNR tem por atribuições:

- Contribuir para a definição da política nacional de reabilitação de deficientes e para a sua concretização;
- Assegurar, através do planeamento e da coordenação entre as diversas entidades que intervêm nos domínios da deficiência e da reabilitação, a complementaridade das respectivas acções, por forma a otimizar os recursos nacionais;
- Promover e patrocinar campanhas e acções de opinião pública no sentido da sensibilização da comunidade nacional para os problemas da deficiência e da reabilitação;
- Incentivar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica nos domínios da deficiência e da reabilitação;
- Coordenar e promover o desenvolvimento de relações de cooperação internacional no domínio da reabilitação das pessoas com deficiências;
- Promover e manter actualizado o registo das organizações não governamentais que intervêm nos domínios da deficiência e da reabilitação;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 187/92, de 25 de Agosto, publicado no «Diário da República», 1.ª Série-A, n.º 195, de 25 de Agosto de 1992.

— Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 159/92, de 31 de Julho, publicado no «Diário da República», 1.ª Série-A, n.º 175, de 31 de Julho de 1992.

— Estabelece o regime da Pensão Unificada.

g) Propor medidas legislativas e emitir parecer sobre projectos de diploma legal respeitantes ao desenvolvimento e concretização da política nacional de reabilitação.

CAPÍTULO II Órgãos e serviços

Art. 3.º São órgãos do SNR:

- O secretário nacional;
- O Conselho Nacional de Reabilitação;
- O Conselho Científico de Investigação em Reabilitação;
- O conselho administrativo.

Art.º 4 — 1 — Ao secretário nacional compete dirigir e coordenar as actividades do SNR.

Art. 5.º — 1 — O Conselho Nacional de Reabilitação é o órgão consultivo do SNR.

2 — O Conselho Nacional de Reabilitação é composto pelo secretário nacional, que preside, e por 17 vogais.

3 — Os vogais que integram o Conselho Nacional de Reabilitação são nomeados:

- Um pelo Primeiro-Ministro;
- Um pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território;
- Um pelo Ministro da Justiça;
- Um pelo Ministro da Educação;
- Um pelo Ministro das Obras Públicas, Transporte e Comunicações;
- Um pelo Ministro da Saúde;
- Um pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social;
- Dois, em representação das organizações não governamentais intervenientes no domínio da deficiência e da reabilitação, designados pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social;
- Um por cada uma das confederações sindicais;
- Um por cada uma das confederações patronais;
- Um pela Confederação Nacional das Associações de Família;
- Um pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- Um pela União das Misericórdias;
- Um pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Um pela Casa Pia de Lisboa.

4 — Do Conselho Nacional de Reabilitação podem ainda fazer parte, como vogais, um representante da Região Autónoma dos Açores e um representante da Região Autónoma da Madeira, designados pelos respectivos Governos Regionais.

5 — Por decisão do secretário nacional, e sempre que tal se justifique, podem ser convidadas a participar nas reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação, sem direito a voto, entidades de reconhecido mérito nos domínios da deficiência e da reabilitação.

6 — O Conselho Nacional de Reabilitação reúne ordinariamente, por convocação do presidente, com periodicidade quadrimestral, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho.

7 — O regime de funcionamento do Conselho Nacional de Reabilitação consta do respectivo regulamento, o qual será homologado pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social.

8 — Ao Conselho Nacional de Reabilitação compete:

- Pronunciar-se sobre as propostas a apresentar pelo SNR ao Ministro do Emprego e da Segurança Social em matérias respeitantes à definição, articulação e execução da política nacional de reabilitação das pessoas com deficiência;
- Pronunciar-se, quando solicitado, sobre os planos e programas de actividades dos serviços e instituições ligados à reabilitação;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que o SNR submeta à sua consideração;
- Informar tempestivamente o secretário nacional sobre todos os planos, iniciativas e acções a elaborar ou a executar que, no âmbito da reabilitação, sejam programados nos ministérios ou instituições representados no Conselho.

EDITORIAL

O aprofundamento das análises e reavaliações, pelas sociedades modernas, das vivências e inter-relações humanas, através do debate e participação das organizações sociais, constitui processo que leva à crítica, à reflexão ou à mudança, no sentido de aperfeiçoamento, dos pressupostos que suportam uma determinada filosofia.

A sociedade portuguesa, como democracia que pretende ser, não pode fugir a tão simples como vital regra, a qual tem contribuído decisivamente para uma crescente autonomia dos cidadãos por forma a, conscientemente e aglutinados em grupos solidários, intervirem na vida nacional.

Assim se deve entender a discussão e reflexão feita ao longo dos vários Conselhos Nacionais de Reabilitação em que sempre foi reconhecido o interesse em se proceder à alteração do seu próprio funcionamento, de forma a incrementar uma maior operacionalidade, flexibilidade e eficácia do Secretariado Nacional de Reabilitação em que sempre foi reconhecido o interesse em se proceder à alteração do seu próprio funcionamento, de forma a incrementar uma maior operacionalidade, flexibilidade e eficácia do Secretariado Nacional de Reabilitação, por meio da sua maior dinâmica e intervenção como organismo coordenador de todas as acções de reabilitação. Foi, aliás, nesse sentido que as «Organizações não Governamentais», utilizando essas mesmas reuniões como local privilegiado de debate, apresentaram, na sua qualidade de legítimas representantes das pessoas deficientes, e respectivas famílias, as suas justas aspirações e preocupações, tantas vezes, se não mesmo sempre, traduzidas em propostas de soluções, concretas e realistas, para os graves problemas existentes no sector.

A ADF, como elemento activo, que sempre foi, do CNR, interveio, juntamente com as associações suas congéneres e várias entidades sociais, nomeadamente Ministérios, nos trabalhos preparatórios que viriam a dar lugar a documentos fundamentais para a definição de uma política nacional de reabilitação, tais como o «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação», a «Lei de Bases da Reabilitação» e o «Plano Orientador de Reabilitação».

Foi, pois, com grande surpresa que constatámos, tanto mais que existe já um projecto comum, alicerçado em vertentes tão importantes como o diálogo, o consenso, a informação, a opinião pública e a solidariedade, o que parecia garantir um reforço acentuado no processo de reabilitação que se havia definido como justo e necessário, ter sido publicado, sem auscultação aos mais interessados, as pessoas deficientes, o Decreto-Lei n.º 184/92, de Agosto, o qual desvirtua profundamente, quanto a nós, a «evolução da filosofia de reabilitação, bem como (as) alterações verificadas no contexto da política nacional de reabilitação», mau-grado seja esta, paradoxalmente, a razão invocada no preâmbulo do documento. Porque a cidadania é uma forma de afirmação e porque os direitos são intrínsecos aos deveres, princípio que pela ADF sempre foi defendido, consideramos fundamental que a dita sociedade civil, aqui representada pelas Organizações Não Governamentais, mantenha a sua co-responsabilização em todo um processo, que lhe diz directamente respeito, de implementação de uma política nacional de reabilitação que tem de ser global, integradora e participada.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, como uma das principais responsáveis pela génese do Secretariado Nacional de Reabilitação, acredita, portanto, que o Governo se empenhará, sem demora, na revisão e alteração de tal Decreto, até porque tem como certo o seu interesse pela resolução destes problemas, na garantia da sua comunhão com um dos grandes princípios definidos pelas Nações Unidas para a «Década da pessoa deficiente»: TOTAL PARTICIPAÇÃO — IGUALDADE!

A Direcção Central



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Nesta edição do ELO, dois novos artigos de «comentadores» já conhecidos (e porque será que são tão poucos os que nos enviam as suas análises e artigos, já que tantas são as situações existentes e os problemas por resolver?):

— de Braga

Sol Poente

Já lá vai pelo menos um ano que a área oficial da ADFA do Porto foi desactivada nas instalações da Delegação. Mas o que nos doeu mais foi a saída das oficinas de próteses ortopédicas, que eram o nosso cartão de visita. Enfim, penso, o futuro o dirá, que esta medida terá sido engodo para a ADFA do Porto.

As promessas devem ter sido muitas para que nós juntássemos à CERCIGAIA, mas ainda gostava de ouvir os nossos técnicos. Nestes casos só se deve dar um presente quando se já tem um porco na mão.

Porque é que prescindimos de um serviço modelo, a nível nacional, para nos enfiarmos num saco mais amplo, correndo o risco de nos descaracterizarmos? Não seria mais lógico ampliar as nossas oficinas de próteses ortopédicas? Que peso teremos dentro da CERCIGAIA daqui a uma década?

Os sócios responsáveis por esta «benesse» ao IIEFP do Porto, e não sei a quem mais, anteviram como ficariam as instalações depois de lhes ser amputado o seu melhor «pulmão»?

Neste momento, as

poucas vezes que visitamos a ADFA do Porto, pressintimos que estamos num local em que já se aproxima um gélido pôr do sol outonal após buliçosos e cálidas tardes de Verão.

Apelamos aos mais desassossegados para que inventem formas de a ADFA do Porto voltar a adquirir o pulsar dos tempos idos.

Se todos queremos o bem da ADFA e dos DFA acima de outro me-

Para onde vais, Secretariado Nacional de Reabilitação A conspiração da anti-razão

Após o aparecimento da então denominada Comissão Permanente de Reabilitação/CPR, em 1976, foi criado depois o Secretariado Nacional de Reabilitação SNR, por influência determinante da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, alegando-se, entre outras razões, que uma qualquer comissão seria facilmente extinta sempre que os Governos o determinassem. Foi assim que o recém-criado SNR pela importância que o Estado lhe definia, ficou adstrito ao âmbito da presidência do Conselho de Ministros, tendo os respectivos executivos como obrigação e criação à defesa dos direitos dos deficientes.

Como se percebe, o SNR ao aparecer pretendeu não esvaziar o sistema reabilitacional português, verificando-se pela história da ADFA que ela foi, tradicionalmente, a «testa de ferro» junto dos cidadãos, da Comunicação Social, do poder político e de outras associações congéneres.

nor e menos nobre, mas para tal há passos que devem ser bem ponderados, antes de se encetarem.

Penso que é importante colocarmos questões, para que outros DFA mais avisados contribuam ainda mais para uma ADFA melhor. Estarmos só à espera dos tostões ao fim do mês é muito pouco.

Jorge Lage
Sócio n.º 4987

No entanto, vindo, ao longo dos anos, o SNR veio a sofrer «machadadas» do poder político, encontrando-se, hoje, desarticulado, pretendendo o Governo dar como que uma «absolvição» aos deficientes portugueses, através da ADFA, com uma doação financeira de índole política. É desta forma que um «subsídio interessado», que nos subjuga em todos os domínios, limita cerce a nossa acção.

Com o recente Decreto-Lei n.º 184/92, de 22 de Agosto, revê-se de novo a orgânica do SNR, com maior incidência e preocupação sobre a participação, no Conselho Nacional, de apenas duas associações de deficientes, com exclusão de todas as outras com assento, até então, no mesmo CNR.

A culminar os anteriores atentados aos direitos dos deficientes portugueses é agora a transferência de competência do CNR para a decisão «suprema» do Secretário Nacional, o que esvazia politicamente

o Secretariado. O Conselho Nacional de Reabilitação, onde as associações sempre estiveram representadas e faziam ouvir as suas vozes, deixa de ser deliberativo e passa unicamente a ser consultivo.

Assumimos a realidade e não somos mentecaptos! Conhecemos as realidades de uma situação cada vez mais anti-social, relegando-se para um plano terciário as minorias portuguesas. O SNR foi criado para defender os nossos interesses, com a participação das associações de deficientes. Mas perante o Decreto-Lei agora publicado, pergunta-se claramente se o futuro não será mesmo a sua extinção? Se os donos da «verdade única», isto é, os senhores do Poder, se querem confrontar com a «minoria» portuguesa, essa não é a nossa intenção nem temos interesse em fazê-lo, mas os nossos direitos têm de continuar a ser defendidos, custe o que custar.

Com o D. L. 184/92, as questões orgânicas, fundamentalmente, são uma adulteração dos nossos direitos. Assim, ao definir-se a participação, no CNR, de unicamente duas associações, o legislador pretende que exista, em Portugal, um par de «organizações não governamentais» privilegiadas, o que não corresponde à fórmula principal da razão da participação activa das associações de deficientes. E como corolário, será então a eventual extinção do SNR, com os prejuízos daí inerentes.

A próxima «machadada» do Governo anti-razão onde nos vai levar? Será que está mesmo definida, futuramente, a extinção do SNR? Ou será que pensa o Governo defender que já não há SNR, transformando-o, assim, numa «comissão» fácil de eliminar?

Deixo as questões no ar. Reflectam, deficientes!

Mário Carvalho
de Villa-Lobos
sócio n.º 357



342 62 47

ADFA responde
à tua chamada

Departamento de reabilitação/sede

Vendedor

Empresa do ramo comercial em grande expansão e situada na área da «Grande Lisboa» necessita de vendedor para canalizações, sistemas de regas e produtos de pulverização, com deslocações por todo o País.

Requisitos:

— habilitações mínimas — 4.ª classe;
— carta de condução e
— facilidade de comunicação.

Condições:

— vencimento base acrescido de comissões.

Os candidatos interessados, e que reúnam os requisitos acima mencionados, devem contactar a técnica de emprego do Departamento, dr.ª Elisabeth Lourenço, pelos telefones 01/342 62 47 ou 01 346 21 67/8 para marcação de entrevista.



Empregado de Armazém

Empresa comercial em reestruturação, em Lisboa, necessita de empregado de armazém.

Requisitos:

— habilitações mínimas — 4.ª classe.

Condições:

— bom ambiente de trabalho e
— ordenação compatível com a função.

Cursos de Formação Profissional para 1993

Estão abertas até ao dia 13 de Novembro de 1992 em inscrições para os seguintes cursos a ministrar em 1993 em ADFA/Lisboa:

• Técnico de artes gráficas

— Início em 4/1/93 e fim em 31/12/93, tendo como habilitações a 6.ª classe ou experiência comprovada no ramo.

• Técnico de sistemas eléctricos e electrónicos

— De 4/1/93 a 31/12/93, com 9.º ano de escolaridade ou experiência comprovada no ramo.

• Escritório electrónico

— De 3/5/93 a 31/12/93, com 9.º ano de escolaridade ou experiência comprovada no ramo.

• Técnico de aplicações de informática

— De 6/9/93 a 31/12/93, com 9.º ano de escolaridade ou experiência comprovada no ramo.

Documentos necessários:

- Bilhete de Identidade (fotocópia);
- Cartão de Contribuinte (fotocópia) e
- Cartão de sócio da ADFA ou declaração de deficiência.

Regalias:

- Bolsa de formação (70% do ordenado mínimo nacional);
- Passe Social e;
- Subsídio de alimentação.

Quaisquer informações podem ser obtidas na Sede/Dep. Reabilitação ou pelo telefone 342 62 47, nas horas normais de serviço.

APOIO PSICOSSOCIAL AOS SÓCIOS

No âmbito do apoio psicossocial aos sócios, e na sequência da reestruturação do Serviço de Reabilitação, têm vindo a ser realizadas diversas acções junto de associados, e familiares, de que queremos dar conhecimento no ELO, já que elas podem servir de exemplo para o que cada um pode, e deve, pedir, quando necessário, a esse departamento.

Assim, referiremos um caso de visita domiciliar a um sócio de fora do

Distrito de Lisboa, para conhecimento e análise, no local, da sua condição socioeconómica e também familiar, de forma a permitir intervenção e apoio nas áreas próprias, e duas situações de acompanhamento de internados em estabelecimento hospitalar militar, que será, logo que haja alta, continuado em termos de recuperação e reabilitação, nas suas vertentes socioeconómicas, profissionais e familiar.

Porque muitas outras situações são susceptíveis de

cuidado e atenção especiais, para além das apenas duas citadas, havendo várias outras já em acompanhamento ou mesmo resolvidas, CHAMA-SE A ATENÇÃO PARA O TRABALHO QUE ESTÁ DETERMINADO PARA ESTE SERVIÇO DA SEDE, PELO QUE TODOS OS QUE DO SEU APOIO NECESSITEM O DEVEM CONTACTAR. «ESTAMOS CÁ PARA TE AJUDAR» é o seu lema!

CENTRO
DE REABILITAÇÃO
PROFISSIONAL
DE GAIA



Chama-se a atenção dos respectivos utentes, e demais interessados, para a alteração dos números de telefone do Centro, os quais passaram a ser os seguintes:

02/762 91 15, 762 98 15 e 762 98 40
Fax: 02/762 90 65

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

ESCALÕES

Nova estrutura remuneratória e desbloqueamento

01 — O D.L. n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, veio criar uma nova estrutura remuneratória dos militares do activo, tendo como constante o vencimento de 1.º marinheiro, que corresponde a um índice 100.

02 — Para o efeito foram considerados vencimento do posto e diuturnidades.

03 — Ajustados os valores acima referidos cada militar foi colocado no escalão de integração correspondente.

04 — A mudança de escalão depende, observadas as disposições estatutárias e regulamentares em vigor, da permanência no escalão imediatamente anterior durante (Art.º 15.º);

a) dois anos, no primeiro escalão;

b) três anos, nos restantes.

05 — A progressão nos escalões obedece aos seguintes princípios:

a) em 1 de Julho de 1990 são desbloqueados os dois escalões seguintes ao escalão de integração;

b) em 1 de Janeiro de 1991 são desbloqueados mais dois escalões subsequentes;

c) em 1 de Janeiro de 1992 são desbloqueados os restantes escalões.

06 — Assim, todos os escalões (já foram desbloqueados através do D.L. n.º 408/90 (31 Dezembro), 307/91 (13 Agosto) e 98/92 (28 Maio), obedecendo aos seguintes requisitos:

a) D.L. n.º 408/90 — progride um escalão o militar que tenha entre cinco e nove anos de permanência no posto;

progride dois escalões o militar que tenha nove ou mais anos de permanência no posto.

b) D.L. n.º 307/91 — progride um escalão o militar que possua três ou mais anos de permanência no posto e menos de oito;

progride três escalões o militar que possua 14 ou mais anos de permanência no posto.

c) D.L. n.º 98/28 Maio 92 — desbloqueia a partir de 1 de Janeiro de 1992 os escalões subsequentes aos já desbloqueados.

IRS

Desgravada a tributação sobre pensões-categoria H

A filosofia tributária de IRS sobre pensões auferidas por sujeitos passivos portadores de deficiência com incapacidade igual ou superior a 60% tornou-se, a nosso ver, desajustada com a publicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cujo artigo 44.º concedia aos rendimentos de trabalho dependente e independente — categorias A e B —, a não sujeição, àquele imposto, até ao montante de 50% dos correspondentes rendimentos brutos.

Não contemplada, em simultaneidade legislativa, qualquer situação que desagravasse pensões, atribuição das pessoas deficientes ficou penalizada comparativamente com os rendimentos de trabalho, com referência aos relativos H. ELO já em Março de 90 denunciava tal disparidade tributária, com objectiva comprovação baseada em análises paralelas sobre liquidações incidindo sobre iguais montantes auferidos por pessoas portadores de deficiências (60% ou mais), provenientes das categorias A e H, o que constituía manifesta injustiça.

A ADFA iniciou, oportunamente, contactos com as entidades competentes no sentido de uma mais correcta harmonização na tributação entre aquelas duas categorias e assim, tal como ELO também divulgou na sua edição de Março do corrente ano, a Assembleia da República, através da Lei 2/92 de 25 de Março (Orçamento Geral do Estado), concede autorização legislativa ao Governo para «excluir da tributação 30% do montante das pensões auferidas por sujeitos passivos deficientes com grau de invalidez permanente igual ou superior a 60%». Assim, em 25 de Agosto, com a publicação do Decreto-Lei n.º

187/92, o Governo regulamenta aquela autorização, alterando o corpo do n.º 1 do art.º 44.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais que, e com aplicação já em 1992, passa a ter a seguinte redacção:

«Ficam isentos de tributação em IRS 50% dos rendimentos das categorias A e B e 30% dos rendimentos da categoria H do cônjuge casado e não separado judicialmente de pessoas e bens, quando deficiente, ou do sujeito passivo deficiente, quando solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente de pessoas e bens, ou, no caso de casado e separado de facto, quando exerça a opção prevista no n.º 2 do artigo 59.º, do Código do IRS.»

É reposta assim uma situação de justiça em relação ao cidadão deficiente, já que este, com base na não sujeição que lhe reconhecia o Art.º 44.º antes referido, tinha menor incidência tributária dos seus rendimentos de trabalho — categoria A —, do que na pensão ou reforma extraordinária, que passava a auferir após o seu desligar do serviço ou aposentação. Assim, e com base na nova legislação, as liquidações evidenciam um assinalável desagravamento da incidência de IRS sobre os montantes das pensões e reformas, já que, também como ELO preconizava na referida edição de Março de 92, após a transferência dos 30% não sujeitos, para o Anexo dos Benefícios Fiscais, continua a abater, ao remanescente tributável, a dedução específica da categoria H referida no artigo 51.º do citado CIRS.

— O nosso jornal, como tem feito antes do final de cada um dos anos transactos, publicará todas as actualizações e alterações à legislação de IRS, a fim de permitir maior facilidade aos associados na sua responsabilidade declarativa referente aos rendimentos auferidos durante o corrente ano.

Fruto da sua insistência e sensibilização junto das entidades competentes, as pessoas deficientes vêm reconhecida a justeza de tantas reivindicações, tendo sido dado mais um passo, bem que parcial e sectorial, no entendimento, por parte dos poderes públicos, das dificuldades próprias da adaptação ao dia-a-dia, num processo tendente a uma reabilitação que nunca se esgota e cuja legislação, já aprovada e carente de regulamentação, urge trazer rapidamente a publicação para que o direito à total integração e participação sociais, instituído no artigo 71.º da Constituição da República, se transforme em lei viva e activa e não permaneça mera letra morta.

DESCIDA DE JUROS

Para divulgação no ELO recebemos do DA-JAS — Dep. de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios, a seguinte nota:

CONCESSÕES ESPECIAIS PARA AQUISIÇÃO E HABITAÇÃO PRÓPRIA (D. L. N.º 43/20JAN76)

Recentemente a Imprensa tem vindo a divulgar desvida de juros, com especial incidência na compra de habitação própria.

Dado existirem algumas dúvidas quanto à sua aplicação aos DFA's, nos termos do n.º 8 do Art.º 14.º do D. L. n.º 43/76, foram contactados a Caixa Geral de Depósitos e o Sindicato dos Bancários que nos forneceram as seguintes informações:

a) a C. G. D., através de um Despacho interno, concedeu aos seus funcionários uma descida do juro de 1% que, depois de pequenos encargos, se traduz agora em 8,9%;

b) segundo informação do Sindicato, o «Acordo Colectivo do Trabalho» dos trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas, não sofreu qualquer alteração, relativamente a juros de empréstimos para aquisição de habitação permanente.

Pelo exposto consideramos que os direitos dos DFA's consignados no n.º 8 do Art.º 14.º do D.L. n.º 43/76 não foram violadas.

Legislação

Atingidos, em resultado de um permanente e aberto diálogo com as entidades governamentais competentes, alguns dos objectivos legislativos considerados prioritários na estratégia da nossa Associação, com vista à defesa da dignidade e dos direitos dos deficientes militares e suas famílias, foi recentemente reforçada a posição da ADFA, ainda que para tal se careça de apresentação de autorização legislativa, quanto ao seu entendimento sobre tributação em IRS dos subsídios de invalidez e abono suplementar.

Entretanto, e no quadro dos projectos de diplomas a apresentar no Ministério da Defesa Nacional, foi decidido, num trabalho articulado entre a Comissão do Estatuto do Deficiente Militar e o Gabinete Jurídico, proceder à elaboração das seguintes propostas legislativas:

— acumulação de pensão de reforma com vencimento e pensão de funcionário público;

— projecto de diploma abrangendo um conjunto de direitos e compensações para os militares deficientes que não se enquadram no Dec.-Lei 43/76 ou em qualquer outra legislação específica;

- projecto de extensão de diploma de preço de sangue às viúvas de deficientes militares com incapacidade inferior a 60 por cento e cuja origem de morte não esteja ligada à deficiência.

Finalmente, e por agora, procede-se também a um estudo/exposição sobre aplicação de escalões.

PROTOCOLO DE ACORDO ADFA/BESCL

Após os necessários contactos, foi assinado entre a ADFA e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa-BESCL, um protocolo de acordo para abertura de uma linha de crédito no montante de 100 000 000\$00 (cem mil contos) para financiar investimentos de sócios da Associação, nomeadamente em áreas como despesas hospitalares, melhoramentos em habitação social, despesas de educação, para aquisição de habitação ou em equipamento técnico-profissional.

Podendo os financiamentos ser a 100% e até ao montante máximo (individual) de 10 000 contos, em concessão conforme é regra e uso no comércio bancário, os mesmos serão a 3 (três) anos, em condições de taxa de juro especiais, cujo valor, no entanto, não se indica por não só ser de cálculo relativamente complicado como também pelas mudanças ultimamente verificadas no sector.

Para melhor esclarecimento dos interessados, e abertura de processo, devem ser contactados os serviços próprios da Sede ou das Delegações.

SSFA — Comparticipações escolares

Conforme informação prestada pela 3.ª REP/SSFA, foi concedido, a título eventual, aos beneficiários com filhos estudantes inscritos na «Comparticipação Escolar Especial (CEE e CEE/R), no ano lectivo de 1991/92, um reforço de mais três abonos mensais, para além, claro, dos normais, o qual, foi depositado, de uma só vez, nas respectivas contas bancárias.

Oportunamente serão dados a conhecer os valores das comparticipações (CEE e CEN) para 1992/93.

Colónia balnear infantil de «O Século»

Informa-nos a Direcção deste estabelecimento que durante todo o ano, com excepção dos meses de Julho e Agosto, fornece alojamento e pequeno-almoço a grupos de indivíduos com idade a partir dos 12 anos, grupos de 3.ª idade e ainda deficientes motores, devidamente acompanhados por professores, monitores, assistentes sociais ou outros responsáveis, ao preço de 1000\$00/dormida e 500\$00/peq.-almoço (facultativo), não sendo possível, no corrente ano, fornecer outras refeições.

Os eventualmente interessados deverão contactar os serviços da Colónia, na Estrada Marginal — S. Pedro do Estoril ou pelo telefone (01) 468 30 06.

PARTICIPANDO



Alenquer, Azambuja e Cartaxo reunidos no Núcleo de Aveiras

O jovem Núcleo de Aveiras de Cima — Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo —, na expressão do seu dinamismo e profunda vontade de participar, seguramente há muito existente e até ao momento sem capacidade orgânica para levar a efeito o número de actividades concretas que alguns dos sócios da região sempre quiseram e desejaram realizar, talvez até por isso, passados menos de 2 meses sobre a sua criação, proporcionou-nos uma jornada associativa e de intervenção junto de entidades e população locais merecedora do maior realce e do mais caloroso incentivo.

A forma de envolvimento, o nível de sensibilização e a qualidade da preparação dignificaram, antes de mais, aqueles que assumindo integrar a respectiva Comissão Instaladora, se dedicaram, com pleno entusiasmo, à concretização de tal encontro, demonstrando a validade deste modo de estar

a actuar, na certeza de que a existência e criação de Núcleos se torna, cada vez mais, fundamental para a coesão da família associativa e da afirmação da instituição na comunidade, alicerçada na vontade de participação dos deficientes militares como elementos sociais integrados e integradores.

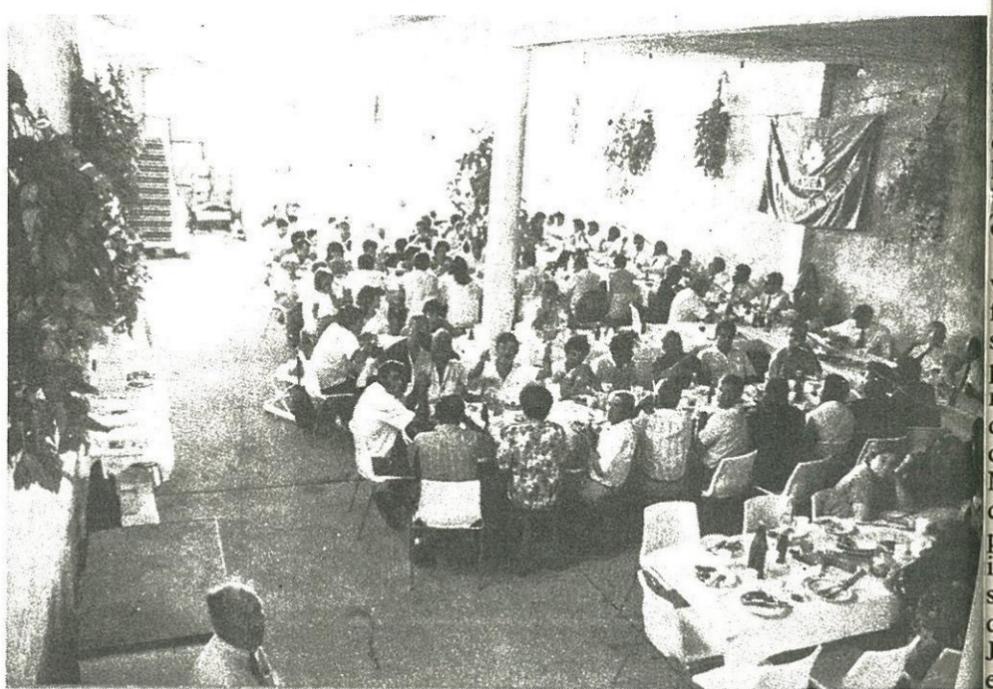
O acontecimento, divulgado através de panfletos-convite dirigidos à população local e por informações da Rádio Ribatejo, teve início pelas 10 horas do passado dia 12 do corrente, com um acto público que teve lugar no Salão da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, e que contou com a presença do vereador da Cultura da Câmara Municipal de Azambuja, eng.º Conceição Ferreira, em representação do respectivo presidente, do Comandante da GNR de Alenquer, capitão António Sebastião, do presidente da Junta de Freguesia local, Isidoro Pratas e do Provedor da Miseri-

córdia da Azambuja, Cachado Lourenço, para além de representantes de organizações e colectividades da região, elementos dos Órgãos Sociais Centrais e sócios eleitos por Lisboa ao Conselho Nacional, bem como de membros da Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça e de muitos associados.

A sessão foi aberta pelo 1.º Secretário da Direcção Central, na sua qualidade de responsável pelo pelouro da dinamização associativa, que após fazer uma grave resenha sobre o historial e objectivos da ADFA, evidenciou a função dos Núcleos no sentido da divulgação da perspectiva da nossa Associação não governamental» (ONG), contribuindo, também, pelo seu trabalho e exemplo, para a transformação de mentalidades que leve à mudança de atitudes perante a pessoa deficiente.

Tomou depois a palavra um elemento do Núcleo de Alcobaça, o de mais antiga criação, que saudou o aparecimento de um novo pólo de dinamização associativa, assim como a realização do evento, animando, esperançado, a sua actividade futura, seguindo-se-lhe um representante mais recente estrutura orgânica local que, depois de agradecer os apoios recebidos, apelou à colaboração dos sócios, garantindo o grande empenho e vontade da Comissão Instaladora que iria tomar posse.

Em nome da ADFA falou, depois, o presidente da Direcção Central, o qual, após saudação aos presentes, se regozijou pela criação de um novo Núcleo, prova do dinamismo e vitalidade associativos, reafirmando, em face do apoio prestado pelas entidades locais, a cada vez maior necessidade de se alargar um diálogo franco e aberto com todos os Poderes, nomeadamente o autárquico, na função social que às ONG cabe.



Seguiram-se no uso da palavra os Comandantes da GNR/Alenquer e o presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima que, após assumirem a sua qualidade de ex-combatente, manifestaram grande empenho, no que a cada um couber, ao maior apoio a todas as actividades da ADFA, quer sejam de âmbito local ou mais amplo.

A terminar às intervenções falou o represen-

nada foi a tomada de posse, dada pelo presidente da Direcção Central, de todos os 7 elementos que integram a Comissão Instaladora, a que se seguiu, também sentidamente vivida pelos presentes, a entrega de bandeiras da ADFA aos Núcleos de Alcobaça (pelo vereador) e de Aveiras de Cima (pelo presidente da Junta). Por fim, fez-se a entrega de medalhas às entidades convidadas e de galardões às organizações presentes, tendo a ADFA (Sede e Núcleo), também sido obsequiada pelo Município da Azambuja.

De salientar que logo após o encerramento deste acto, a Rádio Ribatejo entrevistou, a propósito, os presidente e 1.º secretário da DC, o vereador e o presidente da Junta de Freguesia, a confirmar todo o interesse demonstrado por esta emissora local na divulgação do que, agora, passou a ser uma realidade viva na sua zona.

Dirigidos os presentes para a Casa do Povo, onde foram recebidos pelo respectivo presidente da Direcção, a quem se agradeceu o apoio prestado na realização havida, foi inaugurada uma exposição fotográfica que integrava actividades da ADFA e da CERCI-

/Azambuja, tendo a mesma sido percorrida com interesse e curiosidade por todos.



Como corolário do entusiasmo posto pelo Núcleo nesta jornada, perto de 130 pessoas, entre convidados, sócios e familiares, juntaram-se no salão de festas daquela mesma entidade, para um animado almoço de confraternização — composto por saboroso caldo verde, sardinhas e febras assadas — tudo regado com o conhecido vinho da região, fruto da dedicação e árduo trabalho de Maria Teresa



tante da edilidade azambujense, que presidiu à sessão, e que enaltecendo a capacidade de trabalho e de realização da ADFA, se congratulou com a implantação, no seu concelho, desta estrutura associativa, a quem augurou os maiores êxitos, na garantia dos apoios camarários, salientando, ainda, o quanto lhe tomara a mensagem recebida e o esforço organizativo demonstrado para a concretização do encontro.

Momento alto da jor-

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS

...nidos no Núcleo de Aveiras de Cima



nada foi a tomada de posse, dada pelo presidente da Direcção Central, de todos os 7 elementos que integram a Comissão Instaladora, a que se seguiu, também sentidamente vivida pelos presentes, a entrega de bandeiras da ADFA aos Núcleos de Alcobaca (pelo vereador) e de Aveiras de Cima (pelo presidente da Junta). Por fim, fez-se a entrega de medalhas às entidades convidadas e de galhardetes às organizações presentes, tendo a ADFA (Sede e Núcleo), também sido obsequiada pelo Município da Azambuja.

De salientar que logo após o encerramento deste acto, a Rádio Ribatejo entrevistou, a propósito, os presidente e 1.º secretário da DC, o vereador e o presidente da Junta de Freguesia, a confirmar todo o interesse demonstrado por esta emissora local na divulgação do que, agora, passou a ser uma realidade viva na sua zona.

Dirigidos os presentes para a Casa do Povo, onde foram recebidos pelo respectivo presidente da Direcção, a quem se agradeceu o apoio prestado na realização havida, foi inaugurada uma exposição fotográfica que integrava actividades da ADFA e da CERCI-

/Azambuja, tendo a mesma sido percorrida com interesse e curiosidade por todos.



Como corolário do entusiasmo posto pelo Núcleo nesta jornada, perto de 130 pessoas, entre convidados, sócios e familiares, juntaram-se no salão de festas daquela mesma entidade, para um animado almoço de confraternização — composto por saboroso caldo verde, sardeiras e febras assadas, tudo regado com o conhecido vinho da região, frutado de dedicação e árduo trabalho de Maria Teresa

Silvino, Maria Emília e Fernanda, esposas de associados, a que se juntaram os nossos amigos de Aveiras de Cima, Emília Isidora, Abel, José Luís, Joaquim, Angelino e José Ferreira.

Em altura própria novas intervenções foram feitas, nas quais há que salientar a proposta, por parte da respectiva Comissão Instaladora, para que se realize em Aveiras de Cima o II Encontro Nacional de Núcleos, o que, em princípio aceite pela DC, grangeou de imediato a adesão e entusiasmo quer do vereador quer do presidente da Junta, tendo aquele edil expresso que o que havia vivido naquele dia o tinha definitivamente conquistado para áreas que até aí, e não sendo do seu directo pelouro, lhe pas-

com alguns dos mais belos fados do cancionero clássico e também do popular/ribatejano, tendo, a pedido, Teresa Seabra (esposa de um dos elementos da Comissão do Núcleo), demonstrado os seus excelentes dotes nesta área do canto. Entretanto, num curto intervalo, cantou-se, desta vez em coro, o «parabéns a você. Núcleo de Aveiras», pelo seu aniversário «zero», no sabor de 4 bolos curiosamente decorados, dedicado um ao festejado e os restantes a cada um dos Concelhos de Alenquer, Azambuja a Cartaxo.

A tarde caía quando tomámos caminho para nossas casas e, seguramente, cada um de nós meditando na força que lhe foi transmitida por tão grande envolvimento e calor as-

sociativo que arrebataram também aqueles que conosco viveram a jornada, 12 de Setembro de 92 demonstrou a todos que sem profusão de meios e complexidade organizativa, é possível, e necessário, afirmarmo-nos na sociedade, retemperando os elos da solidariedade que nos unem, garantia da força presente, prenúncio de maior vigor no futuro. Parabéns Aveiras 'Parabéns ADFA'

CONSTRUÍMOS O FUTURO

de Cima

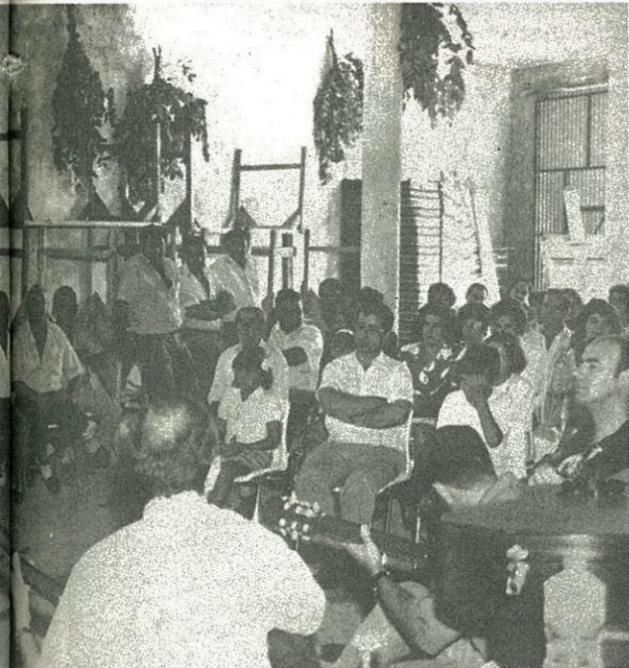


Silvino, Maria Emília e Fernanda, esposas de associados, a que se juntaram os nossos amigos de Aveiras de Cima, Emília Isidora, Abel, José Luís, Joaquim, Angelino e José Ferreira.

Em altura própria novas intervenções foram feitas, nas quais há que salientar a proposta, por parte da respectiva Comissão Instaladora, para que se realize em Aveiras de Cima o II Encontro Nacional de Núcleos, o que, em princípio aceite pela DC, grangeou de imediato a adesão e entusiasmo quer do vereador quer do presidente da Junta, tendo aquele edil expresso que o que havia vivido naquele dia o tinha definitivamente conquistado para áreas que até aí, e não sendo do seu directo pelouro, lhe pas-

com alguns dos mais belos fados do cancionero clássico e também do popular/ribatejano, tendo, a pedido, Teresa Seabra (esposa de um dos elementos da Comissão do Núcleo), demonstrado os seus excelentes dotes nesta área do canto. Entretanto, num curto intervalo, cantou-se, desta vez em coro, o «parabéns a você. Núcleo de Aveiras», pelo seu aniversário «zero», no sabor de 4 bolos curiosamente decorados, dedicado um ao festejado e os restantes a cada um dos Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo.

A tarde caía quando tomámos caminho para nossas casas e, seguramente, cada um de nós meditando na força que lhe foi transmitida por tão grande envolvimento e calor as-



savam mais despercebidas.

Surprenderam-nos, se tal ainda era possível, os organizadores com a apresentação de uma sessão de fados onde a amadora Matilde Pereira (locutor da Rádio ribatejo), superiormente acompanhada por Custódio Castelo (guitarra portuguesa), Alexandre Silva (viola acompanhante) e Fernando Maia (viola baixo), nos espantou e deliciou

sociativo que arrebataram também aqueles que conosco viveram a jornada, 12 de Setembro de 92 demonstrou a todos que sem profusão de meios e complexidade organizativa, é possível, e necessário, afirmarmos na sociedade, retemperando os elos da solidariedade que nos unem, garantia da força presente, prenúncio de maior vigor no futuro. «Parabéns Aveiras 'Parabéns ADFa'»

Reunião de sócios na Sede

Em adesão à convocatória oportunamente divulgada, reuniram-se, na Sede, no passado dia 15, com elementos da Direcção Central, cerca de duas dezenas de associados, para análise e troca de impressões sobre o actual momento da nossa organização.

Após divulgação, por parte da Mesa, do acontecido no encontro realizado em Aveiras de Cima, no anterior dia 12, entrou-se no tema «Informações gerais», tendo sido abordadas as recentes publicações legislativas (Dec.-Lei sobre «Grandes Deficientes das Forças Armadas» (70%), IRS, não sujeição de 30% de pensões de deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e «Lei orgânica do SNR») e revelado o andamento de reivindicações relacionadas com aquisição de viaturas, isenção de IRS, subsídio de invalidez e abono suplementar/3.ª pessoa, Estatuto de Aposentação, deficientes sem nexo de causalidade, viúvas de guerra e escalões, com várias interpelações à Direcção não só sobre estes assuntos como também sobre o protocolo com o BESCL, as obras da nova Sede, Formação Profissional e o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Falando-se, seguidamente, sobre relações internacionais, foram prestados esclarecimentos sobre as últimas reuniões havidas no âmbito da FMAC — Finlândia e Checoslováquia — e as próximas — Varsóvia e, muito especialmente, Lisboa, esta em 1994, organizada pela ADFa e com adesão, já expressa, do Governo português. A nível de cooperação, abordou-se o tema Timor, referindo as diversas acções apresentadas nas reuniões internacionais da Federação Mundial, e informou-se que a ADFa, por intermédio desta organização e a convite das Nações Unidas, integrará a equipa que, no terreno,

irá estudar a situação, e formas de apoio, aos mutilados de guerra de Angola.

Inquirida a DC sobre os custos que tal participação internacional acarreta para a Associação, foi indicado que tal tipo de despesas é sempre previsto em rubrica própria do nosso Organismo, aprovado pelo Conselho Nacional, e que as mesmas têm sido, por via de regra, subsidiadas pelo Ministério da tutela. Problema interessante também levantado foi o que se refere a um adormecimento, mesmo recuo, a nível mundial, no apoio e defesa de direitos dos antigos combatentes, veteranos e deficientes militares, o que poderá vir a repercutir-se nas novas vítimas de guerra e mesmo na resposta a reivindicações ainda não satisfeitas, tendo-se sensibilizado o sócio interventor para uma análise documentada do assunto, a apresentar, quando pronta, no ELO.

Finalmente, e no espaço dedicado à revisão estatutária, foi feito um sucinto historial do processo, até ao momento, com a entrega, aos presentes, de exemplares dos actuais Estatutos e de cópias do anteprojecto apresentado pela Direcção Central, a fim de permitir uma análise comparativa dos dois documentos e a participação activa, o mais alargada possível no caso, dos sócios da área de Lisboa, no desenvolvimento e evolução dos trabalhos até à Assembleia Geral que se irá debruçar sobre esta questão.

Seguiu-se viva troca de opiniões e, no desejo colectivo de intervenção séria em todo o estudo a realizar, foi estabelecido efectuar uma reunião de sócios específica, procurando abranger um muito maior número de intervenientes e que, por necessidade de organização, divulgação e eficaz preparação, terá lugar no dia 17 de Outubro, sábado, pelas 15 horas, na Sede.

QUOTAS

Ao novo sistema de pagamento por desconto em conta bancária já aderiu largo número de associados que se aperceberam das reais vantagens e menores inconvenientes no optar por esta modalidade. No entanto, significativa faixa de sócios não só ainda não se lhe juntou como também se tem esquecido do cumprimento desse fundamental dever estatutário.

O ELO, na sua função de dinamizar e sensibilizar para a adesão a tal processo, tem sido distribuído mesmo àqueles que não têm a sua situação regularizada, embora isso acarrete custos, para os quais, e por obrigação solidária, teriam que contribuir.

Será bom não esquecer que o «orçamento» suporte das actividades da ADFa, se baseia em pressuposta receita de quotização, pelo que, se te encontras em falta, contacta a Secção ou a tua Delegação, porque brevemente o nosso jornal só será mesmo enviado a quem a ele tem direito e perderás, assim, o teu «elo» de ligação à tua Casa, estrutura e camaradas.

Comissão de Revisão Estatutária

Reuniu, no passado dia 25, na Delegação do Porto, a Comissão de Revisão Estatutária para análise final das várias propostas enviadas à Mesa da Assembleia Geral Nacional, tendo sido ultimado o documento que reúne as partes conciliáveis das mesmas, cujo conteúdo integrará o projecto a redigir pela MAGN e de que ELO, para divulgação geral e no intuito da sua mais vasta apreciação, espera fazer-se eco em próxima edição.

CONVOCATÓRIA

Com o fim de dinamizar e promover o mais amplo debate, assim como a maior participação de todos, no processo de revisão em curso, dos actuais Estatutos, convocam-se os sócios para estarem presentes na Sede, pelas 15 horas do dia 17 de Outubro de 1992, a uma reunião com um ponto «único» em Ordem de Trabalhos:

• Revisão estatutária

Lisboa, 25 de Setembro de 1992.

A Direcção Central

PARTICIPA!

Calendário associativo

17 Out — Reunião de sócios, na Sede, pelas 15 horas, sobre «Revisão estatutária»;
23 Nov — 18.º, anivers-

sário do ELO;
07 Dez — Aniversário da Delegação do Porto;
09 Dez — «Dia Nacional do Deficiente»

COMPANHEIRAS & JUNIORES

Temos o imenso gosto de publicar hoje o primeiro trabalho enviado por um «júnior», neste caso a Ana Dias, de 12 anos, filha do nosso associado n.º 379, esperando que

outros lhe sigam o exemplo, não esquecendo que desenhos/bandas desenhada, ou outra forma de participação será bem-vinda.

Discurso de um político

«Caros senhores e senhoras, estamos aqui hoje para resolvermos um problema eleitoral: o vosso voto! O voto do povo!

Como todos sabemos Portugal é um país que tem dificuldades financeiras. Comigo Portugal irá ser o país mais pobre da CEE. Pensavam o quê? Que comigo iriam ser o país mais rico da Comunidade? Daria muito trabalho e eu não estou para isso...

Passemos este assunto. Se me derem o vosso voto os impostos baixarão! Não muito mas baixarão!!!

Comigo todas as pessoas poderão votar, até as mulheres! Desculpem, é verdade! Neste país todos podem votar! Foi um desviu de língua.

Prossigamos: comigo a EXPO/98 não se realizará. Primeiro, não temos onde a pôr; segundo, daria um «trabalhão» enorme e, terceiro, não temos dinheiro. Não é que não o tenhamos, mas sabem sempre é bom ter um pouco para nós. Nós! Sim, os políticos...

E ainda dizem vocês que eu não seria um bom presidente. Só quero o bem para mim mas isso todos querem não é?

Bom, comigo as estradas alargarão. Mas have-

rá «bicha» até ao ano 2000 pois com estes operários já se sabe como é!

Também mais uma ou outra hora de «bicha» não fará mal a ninguém.

E por achar que se não votarem em mim não sabem o que é bom para o país, declaro aqui acabado o meu discurso...

O pior é que ele nem reparou que ninguém o estava a ver a não ser, é claro, a mulher!

«Talvez algum dia ele tenha algum voto!!!...»

E para encerrar esta secção, por hoje, um trabalho de Mira sobre uma questão que, nem por tanto ser abordada em grandes conferências internacionais, onde muitas promessas se fazem mas... está para ser resolvida, sendo talvez a maior vergonha da nossa dita «civilização»:

Gostaria de falar de um tema que me toca profundamente: o problema da fome!

Será possível que a caminho do século XXI existam no Mundo milhares de pessoas que morrem vítimas da fome?

Onde estará o problema?

Apesar de toda a tecnologia existente, os Governos não conseguem, ou



não querem, resolver o problema.

Vejamos: a Europa tem excedentes alimentares, mas são destruídos alimentos para manter o equilíbrio (lucro) de compra e venda existente.

No nosso país (particularmente), deixa-se apodrecer a fruta, segundo dizem por falta de escoamento, e mesmo assim continuamos a importá-la! Onde reside o problema?

Apesar de não existir fome aparente em Portugal, em alguns países, principalmente do Terceiro Mundo, ela está bem viva e presente não só pelo que nos dizem os jornais mas também nas chocantes imagens televisivas que todos os dias

nos entram «casa dentro».

Em certos casos são nações desconhecidas como a Somália e a Etiópia, mas também ela está bem presente em Angola e Moçambique, onde atinge milhares de homens, mulheres e crianças, povos que de uma maneira ou de outra, fazem ou fizeram parte da nossa vivência.

Como é triste verificar que apesar de alguns destes países serem potencialmente ricos a sua população morre de fome dia a dia.

Apesar de toda a tecnologia aplicada na melhoria da produção alimentar, somos impotentes

para aliviar o sofrimento de uma Mãe que só tem para dar ao seu filho, ainda de peito, não leite mas sangue. Como apagar dos olhos destas Mães todo o sofrimento provocado pela falta de comida, quando ela olha para o seu filho, magro, de ventre inchado, suplicando pela alimentação que ela não tem para lhe dar...

Tudo isto me leva a pensar onde está a tão apregoada lei sobre os direitos humanos, principalmente o das crianças?

«A criança tem direito a uma alimentação condigna para se desenvolver física e psiquicamente e tornar-se num adulto saudável!»

Não posso ficar alheia a este problema! Sinto-me impotente e revoltada! A

solução eu não a tenho, pois não possuo poderes para a resolver, mas será que com um bocadinho mais de solidariedade humana, solidariedade pela solidariedade e não solidariedade pelo lucro, os Governos não poderiam minimizar o problema?

Como Mãe sinto-me no dever de alertar e elucidar os meus filhos para tão terrível calamidade, pois, apesar de tudo, tenho plena confiança na geração futura.

Considero os jovens de hoje mais preocupados e conscientes de uma situação tão calamitosa, como é a fome no Mundo.

Ao trincar um simples naco de pão, lembre-se que hoje tem, mas amanhã quem sabe...

Mira



MAS AS CRIANÇAS, SENHORES...

J. M. S.

UM SONHO DE VERÃO...

Naquele fim de cálida tarde de Verão, rechonchuda e risonha criança sentada à beira da água, na areia fina e branca, estendendo a mão para a pulga de mar que lhe saltava à volta, era a imagem da calma e da paz bucólica que a vida devia trazer e bem merecia ser gozada.

Ia-me a voltar, pachorramente, para o outro lado quando, de repente, me pareceu que o pequenito levava a mão à boca, com o bichinho. Olhei melhor e... o horror e o espanto devem-se-me ter estampado na cara: o ainda quase bebé tinha emagrecido ao esqueleto, a pele havia escurecido e secado e um enorme escarvalho, preto, ainda vivo, esperneava na ponta dos dedos daquele que o devorava, olhar sem expressão, corpo sem sentido, gesto impotente sobre um destino anunciado, numa paisagem árida e castanha, qual imaginário fim do Mundo!

Em turbilhão alucinante a cena multiplicou-se ao infinito e acordei, então, encharcado em suor. Certo que não voltaria a adormecer tão cedo, levantei-me e enquanto bebia, sequioso (aquele medonho e escuro descampado...), um enorme copo de água, liguei, para me distrair, a televisão. Mas ia atirando um pesado cinzeiro ao pequeno ecrã quando, percorren-

do, apressado, quantos canais o satélite me permitia, após repetidamente dantescas imagens de fome, pobreza, guerras civis, que se passavam um pouco (ou muito) por todo este pobre planeta, desde a Somália a Moçambique, passando quer pelo Iraque ou pela Pales-

como se isso fosse um problema de fundamental importância, misturados com reportagens de toneladas de fruta e outros produtos agrícolas a serem despejados no lixo ou no mar, por excesso de produção ou para manter preços. Desligando o malfadado aparelho ten-

guma tortura pelo meio; dor e sofrimento para corruptos e ladrões; força para uns tantos políticos... e não só; incendiários a arder; armas a explodir nas mãos dos que as disparavam, etc., etc. E recordei mesmo um pequeno «Desejo», então (26FEV69) e ainda (!)



tina, por Timor ou pela Austrália, pela Coreia ou pelo Camboja, pelos Estados Unidos, e pelo Haiti ou pelo Brasil, pela Bósnia e pela Alemanha, mesmo por Portugal, entre tantos outros países, me apareceram personagens a falar sobre escândalos financeiros e amorosos da «sociedade»,

tei, no escuro, acalmar-me e reflectir. Debalde, porém, já que, no fundo, o único que me ocorreu foi sublimar a violência com... a violência, naquele querer, quase instinto que, suponho, uma vez por outra ocorre a cada um de nós: morte para os traficantes e violadores, por exemplo, até com al-

apenas em papel: «**Duas granadas no paiol/um cogumelo de fogo/mais espaço para jardins.**»

Recusando, mesmo em pensamento, o tornar-me igual aos que condenava, acabei mesmo por sorrir com uma outra ideia: orelhas de burro a aparecerem e narizes a crescerem em todos os que no(s) Poder(es), não fossem verdadeiros nem realistas nas suas promessas nem honestos e coerentes nos seus propósitos. E dei até uma sonora e gostosa gargalhada a imaginar quantos comícios sem oradores, assembleias sem representantes, mesas-redondas sem interlocutores, reportagens sem entrevistados, noticiários despersonalizados... Isto para não me atrever, sequer, a pensar nas mudanças faciais que sofreriam certas personagens bem conhecidas quando comessem a falar... Infelizmente não tenho jeito nenhum para desenho, pois bom dinheiro, certamente ganharia com tal inspiração.

Mas a vida é coisa bem mais séria, muito embora, paradoxalmente, seja ela própria uma trágica caricatura do que devia e podia ser. E por isso me resolvi a escrever mais este apontamento consciente do absurdo que é esperar que, com o Mundo/civilização que às nossas crianças oferecemos, elas possam vir a ser melhores que nós.



SALVAR UMA VIDA

Em declaração a enviar ao seu balcão da Caixa Geral de Depósitos (ou outro Banco, mas aqui suportando algumas despesas mínimas de transferência); informar que deve ser depositada na conta especial da AMI, mensalmente, uma determinada quantia (nós propomos 1500\$00 que é a verba gasta com a vacinação completa de uma criança).

«À Caixa Geral de Depósitos — balcão

Serve a presente para informar que, a partir do dia ___ deste mês, e mensalmente na mesma data, até ordem em contrário, deve ser transferida da minha conta n.º _____, nesse balcão, para a conta n.º 0698015714730 (AMI), na CGD/Rossio, a quantia de 1500\$00 (mil e quinhentos escudos), dentro do espírito da campanha do jornal «ELO», da ADF. «Salvar uma vida».

Com os melhores cumprimentos

a) _____

(assinatura conforme a que está na CGD)

B. I. n.º _____ de ___ / ___ / ___ de
AI _____

Informa-se, para terminar, que esta transferência, feita dentro da mesma entidade bancária, não acarreta despesa para qualquer das partes.

Nota: se desejar da conhecimento à AMI desta sua acção, deverá enviar para — AMI, Apartado 521, Carnaxide, 2795 LINDA-A-VELHA —, uma fotocópia desta carta.

E reconhece como é simples ajudar a SALVAR UMA VIDA!

DIA — TODOS OS DIAS — DA CRIANÇA AFRICANA

Enviar para a UNICEF — Av. António Augusto de Aguiar, n.º 56-3.º Esq., 1000 Lisboa —, um cheque com a quantia possível, a recordar que cada dia deve ser o DIA DA CRIANÇA AFRICANA.

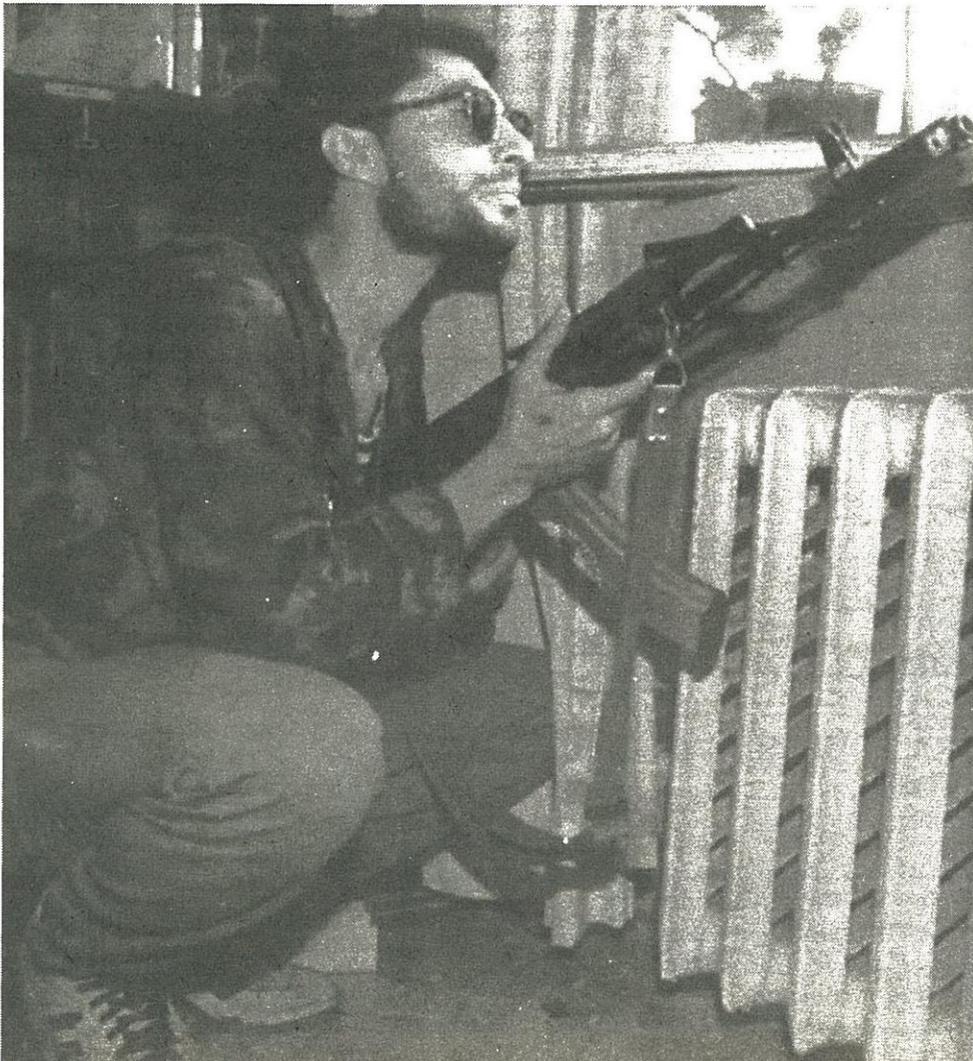


Sabe, ou sequer imagina, quantas crianças, em todo o Mundo, moreram de fome, doenças e miséria, no espaço de tempo que demorou a ler este artigo! Cerca de 250!

OUTRA FORMA DE SOLIDARIEDADE

Sónia Cristina, uma menina de 7 anos de idade, sofre de uma doença extremamente grave e gostaria, certamente, de receber, talvez principalmente de outras crianças, mas não só, postais-ilustrados de todos os pontos do País.

Vamos pois enviar para **Sónia Cristina Magalhães Semanas, Rua de Santa Luzia, n.º 763 — 1.º, A, 4200 PORTO**, uma pequena mensagem a desejar-lhe rápido restabelecimento.



PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 92.09.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 072 282\$00	1 530 322\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 132 083\$00	1 599 691\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 213 348\$00	1 729 414\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 274 904\$00	1 801 319\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 360 574\$00	1 900 696\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 420 938\$00	1 970 718\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 422 762\$00	2 204 681\$00
Renault Clio Sport 3 p	1 373 077\$00	2 147 046\$00
Renault Clio Baccara 3 p	1 995 011\$00	2 868 490\$00

NOVO RENAULT 19 DE 4 PORTAS

Renault 19 RL 1.2	1 504 575\$00	2 110 886\$00
Renault 19 RN 1.2	1 569 877\$00	2 186 636\$00
Renault 19 RN 1.4E	1 638 617\$00	2 460 554\$00
Renault 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
Renault 19 RTi 1.4E	2 090 410\$00	2 984 634\$00

NOVO RENAULT 19 DE 5 P

Renault 19 RL 1.2	1 504 575\$00	2 110 886\$00
Renault 19 RN 1.2	1 569 077\$00	2 186 636\$00
Renault 19 RN 1.4E	1 638 617\$00	2 460 554\$00
Renault 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
Renault 19 RTi 1.4E	2 090 410\$00	2 984 634\$00
Renault Express-Combi 5 lug.	1 240 057\$00	1 734 076\$00
Renault Express Break 5 lug.	1 499 863\$00	2 109 074\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault 19 RN 1.4 5 portas	1 778 387\$00	2 646 154\$00
Renault 19 RT 1.4 5 portas	2 056 980\$00	2 945 855\$00
Renault 19 RN 1.4 4 portas	1 798 617\$00	2 645 154\$00
Renault 19 TRT 1.4 4 portas	2 056 980\$00	2 945 855\$00
Renault Clio 1.4 Baccara 3 p.	2 155 011\$00	3 054 090\$00
Renault Clio 1.4 Baccara 5 p.	2 216 242\$00	3 125 118\$00

Transferência+Transportes=
Renault Clio — 18 825\$00; Renault 19 — 23.550\$00; Renault 21 —
23.230\$00; Renault Express, 26 700\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 23 575\$00 e os 33 820\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES
Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes

PONTO DE ENCONTRO

Para Outubro estão marcados vários almoços de convívio entre antigos combatentes, de que damos a respectiva informação:

4 de Outubro — C. CAV. 2766 — Contactar António Gonçalves Hipólito Moreira, a partir das 19h30, pelo telefone 02/968 35 59;

— **Antigos Combatentes da Guiné (11.º convívio)** — A realizar no «Manjar do Marquês», em Pombal — contactar Peralta de Carvalho, Apartado 42, 3531 Mangualde;

— **B. Caç. 3863 e C. Caç. 16** — Contactar José Manuel Rei, a partir das 20h30, pelo telefone 01/290 05 39;

— **PAD 1148 (5.º convívio)** — a realizar na Praia da Aguda/Espinho — contactar Abílio Leite, tel. 052/4 23 49 ou Joaquim Panaças, tel. 01/886 93 47;

— **30.º Comp. Comandos (1.º convívio)** — a realizar em Anadia/Famalicao — contactar Aires Leitão, tel. 031/515 289 (depois das 19h).

5 de Outubro — B. Caç. 4519/1.º Comp. (2.º convívio) — A realizar em Meirinhas, Pombal — contactar Augusto Gomes, tel. 01/980 43 82; Mnuel Pinto, tel. 02/764 54 36 ou Norberto Maria, tel. 069/42 290;

10 de Outubro — C. Art. 2632 (4.º encontro) — A realizar em Aveiro — contactar José Picado, tel. 01/388 52 93 ou João Pécurto, tel. 01/295 13 46.

Porque nos parece de interesse e, como se calcula, sem quaisquer intuítos publicitários podemos informar que o jornal «Tal & Qual», na sua rubrica «Perdidos & Achados» costuma publicar notícias deste tipo, gratuitamente.

Como se vê, também ELO está disponível para este tipo de marcação de «ponto de encontro», pelo que quem estiver interessado em promover ou divulgar este tipo de confraternização, aqui tem o seu espaço. E se, o que nesta edição até deverá acontecer, alguns dos «ranchos» já foram comidos antes da chegada do jornal a casa dos sócios, a notícia aqui fica na mesma, pois é ponto de referência para futuros encontros ou razão para um «aerograma» a antigos camaradas.


EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma


CARRO DO ANO 1991
RENAULT
Ao Ritmo da Vida
CONCESSIONÁRIO
RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58

1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14

1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

A ACAPO tem projectos. Ajuda-a!

Para concretizar projectos planeados para o corrente ano, o ACAPO lançou, a nível nacional, uma campanha de angariação de fundos a que a ADFA, e o ELO, não podem ficar indiferentes, tanto mais que sentem, muito directamente, as grandes dificuldades com que se debatem as «organizações» do sector perante os grandes desafios que lhes são postos e que, orgulhosos e corajosamente, não querem, nem podem, deixar de aceitar e enfrentar, na certeza da compreensão de todos.

COLABORA:
**ESTE ANO
NÃO DÊ ESMOLAS.**
**APROVEITE PARA POUPAR
NOS IMPOSTOS.**

Apoie financeiramente os nossos projectos e ganhe com isso. Seminário de formação de dirigentes associativos cegos e amblíopes dos Palop's. Seminário sobre a educação dos cegos e amblíopes em Portugal: que problemas, que soluções. Apoio à recuperação dos edifícios do

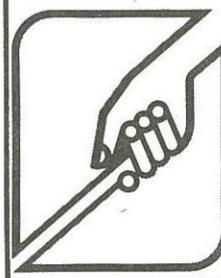
Porto e de Coimbra. Apoio à participação nos Paraolímpicos de Barcelona e às actividades desportivas em geral. Escolha qualquer um destes temas e faça um investimento. Além de ajudar o próximo, os seus contributos são absolutamente dedutíveis nos impostos. Não fique indiferente.

A cegueira é o menor dos nossos males.

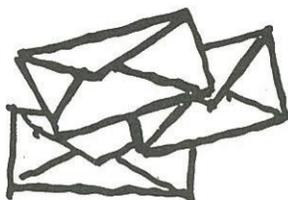
À sua disposição terá a nossa conta

n.º 014- 36530/0004.0 do BESCL

Agência do Campo Grande, Lisboa.

QUEREMOS... PODEMOS!

ACAPO

**ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS
E AMBLÍOPES DE PORTUGAL**



Correspondência

Este mês, apenas a seguinte carta vinda de Anadia, do nosso sócio Manuel Alves:

1. — Embora decepcionado e já desiludido pelo facto do meu caso ainda não ter sido resolvido, venho pela última vez, pedir a V. Ex.^{sa} para publicarem no v/jornal esta carta, já que as duas anteriores não o foram.

2. — Pelo que tenho lido através do v/jornal, parece que a ADFA só se preocupa com os deficientes em campanha ou com os grandes deficientes em serviço, o que não está certo, nem é justo.

3. — O meu caso, certamente igual a tantos outros militares que sofrem incapacidade por desastre em serviço, mas que devido a grave erro na 1.ª Junta Médica Militar, não lhe foi atribuído o grau de incapacidade verdadeiro e efectivamente visível pelo que e por isso mesmo, não lhe foi dada qualquer indemnização ou atribuída qualquer pensão de reforma ou de

invalidez a que teria, e tem direito.

4. — O facto de ter deixado passar o prazo (por desconhecimento da Lei) é uma coisa absurda e injusta.

5. — Apesar de tudo, e no meu caso, fui sujeito a uma 2.ª Junta Médica Militar, há uns 10 anos, que me atribuiu 44% de incapacidade, o que, noutra qualquer país da Europa (CEE), seria suficiente para que o Estado me pagasse uma pensão de incapacidade, uma vez que é o próprio Exército, ao serviço de quem me incapacitei que, depois de tantos anos, considera que ele é resultante de sequelas devido a desastre que tive (fractura do joelho esquerdo) e de que nunca mais recuperei. E o que me espera é ficar imobilizado de um momento para outro, da perna esquerda, e com a direita já a sofrer, por sobrecarga, em consequência da fragilidade daquela.

6. — Gostaria de ver publicada esta carta no v/jornal e, se houver lugar a qualquer esclarecimento ou informação, tenho interesse em que sejam feitos no próprio jornal, para que eu e outros militares que estejam nas mesmas circunstâncias, fiquem a saber, de uma vez por todas, que são casos arrumados e sem qualquer solução satisfatória a curto prazo, ou mesmo sem qualquer solução.

Manuel Alves
Sócio n.º 9147

Sendo certo que ELO, em devido tempo, recebeu as cartas referidas, as quais, quer pela sua extensão quer por, na oportunidade, o tema nelas versado estar a ser objecto de atenção e contactos com as entidades competentes, e ainda por vários sócios, sobre o assunto, terem escrito ao serviço de contentos, optou-se pelo seu envio a este mesmo departamento para junção ao respectivo pro-

cesso e possível resposta directa.

A ADFA sempre lutou pelo direito à dignidade de todos os seus associados, facto que levou, no passado recente, por exemplo, ao reconhecimento do direito à justa compensação aos deficientes militares em serviço com incapacidade igual ou superior a 70%.

Não constitui, porém, este grau de desvalorização o horizonte da política de reivindicação legislativa que a nossa Associação defende para aqueles deficientes, em negociação de outras matérias de carácter também prioritário, como seja o caso dos grandes deficientes sem qualquer pensão atribuída.

Esperando ter esclarecido, no que a este jornal cabe, o associado Manuel Alves, aconselha-se este a que, para resposta em áreas mais específicas e objectivas, consulte a sua Delegação ou, directamente, o serviço de contentos da Sede.

SÓCIOS FALECIDOS

MOISÉS GABRIEL DA SILVA, sócio n.º 9896, natural e residente em Sítio da Ilha, concelho de Santana, Madeira, faleceu no passado dia 25 de Junho de 1992.

Sócio com 19 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente na Madeira devido à queda da viatura militar onde seguia.

CÂNDIDO MANUEL PEREIRA, sócio n.º 2546, natural de Carrazeda de Anciães, residente no Barreiro, concelho do Barreiro, faleceu no passado dia 28 de Junho de 1992.

Sócio com 100 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Angola devido a acidente com a viatura onde seguia.

LUÍS FILIPE PEREIRA DE CARVALHO, Sócio n.º 10442, natural e residente no Bombarral, faleceu no passado dia 14 de Julho de 1992.

Sócio com 10 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Santarém, devido a queda, quando executava exercícios físicos.

Deixa viúva a sr.ª Dona

Natália Mónica Gomes Belizário Carvalho.

FERNANDO RODRIGUES, sócio n.º 10044, natural e residente em Chão de Couce, concelho de Ansião faleceu no passado dia 3 de Agosto de 1992.

Sócio com 3 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique, quando de um assalto a um acampamento inimigo.

Deixou viúva a sr.ª Dona Maria da Encarnação Gaspar e dois filhos.

ADELINO CAMPOS DA SILVA, sócio n.º 8686,

natural de Louro e residente em Lugar dos Quintães, concelho de Vila Nova de Famalicão faleceu no passado dia 7 de Agosto de 1992.

Sócio com 15 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique quando manuseava explosivos.

Deixa viúva a sr.ª D. Maria Eufénia e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito

Terças e sextas-feiras, às 13 horas

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão

Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão

Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social:

dr.ª Gracinda Benedito

Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuem-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0 3P	979 417\$00	1 383 130\$00
SW 1.2 3P	1 143 980\$00	1 687 067\$00
GL 1.5TD 3P	1 603 215\$00	2 568 661\$00
SW 1.2 4P	1 203 389\$00	1 756 552\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 435 807\$00
GL 1.2 5P	1 238 432\$00	1 797 202\$00
SW 1.5D 5P	1 451 933\$00	2 393 174\$00
GL 1.5TD 5P	1 651 933\$00	2 625 174\$00
ASTRA		
GL 1.4 3P	1 485 382\$00	2 299 909\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 642 952\$00
GT 1.7TD 3P	2 036 477\$00	3 444 983\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 478 370\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 633 037\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 742 098\$00
GL 1.7DA 4P	1 723 325\$00	3 108 653\$00
GLS 1.7TD 4P	2 027 930\$00	3 435 069\$00
GT 1.7TD 4P	2 121 947\$00	3 544 129\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 349 482\$00
GLS 1.4 5P	1 596 493\$00	2 583 464\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 692 525\$00
GL 1.7DA 5P	1 680 590\$00	3 059 080\$00
GT 1.7TD 5P	2 079 212\$00	3 494 556\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4	1 630 681\$00	2 468 456\$00
GLS 1.4	1 823 844\$00	2 692 525\$00
CLUB 1.4	1 900 767\$00	2 781 756\$00
GL 1.7DA	1 783 154\$00	3 178 055\$00
GLS 1.7TD	2 079 212\$00	3 494 556\$00
CLUB 1.7TD	2 156 135\$00	3 583 787\$00
VECTRA		
GL 1.7DA	2 270 590\$00	3 743 480\$00
GLS 1.7TD	2 535 622\$00	4 023 992\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 374 924\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 563 924\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 576 924\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 652 924\$00
UNO DIESEL 3P	1 276 979\$00	1 910 924\$00
UNO DIESEL 5P	1 406 281\$00	2 060 924\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 069\$00
TIPO 1.700 D	1 527 354\$00	2 847 644\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 551 574\$00
TEMPRA 1.4 (carrinha)	1 788 252\$00	2 592 924\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 433 947\$00	2 197 153\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 471 324\$00	2 240 510\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 702 529\$00	2 508 708\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 739 906\$00	2 552 065\$00
VENTO CL 1.4	1 620 565\$00	2 413 629\$00
VENTO GL 1.4	1 902 230\$00	2 740 361\$00
PASSAT GL TD	3 179 208\$00	4 536 310\$00
PASSAT CL TD	2 785 523\$00	4 079 635\$00
PASSAT VAR CL TD	3 017 181\$00	4 348 359\$00
PASSAT VAR GL TD	3 383 636\$00	4 773 446\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desfalecimento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

ELO /OUT92

Com saída prevista para a penúltima semana de Setembro, foi decidido atrasar esta edição do ELO por uns dias, dado terem ocorrido no final do mês alguns actos e encontros de bastante inte-

resse, dos quais, embora de forma necessariamente resumida, se não quis deixar de dar já notícia, ficando para Outubro o tratamento adequado desses acontecimentos.

FMAC — Conferência Internacional sobre «Os antigos combatentes face às alterações na Europa Central e Oriental»

Decorreu em Varsóvia, de 20 a 23 do corrente, com a presença da ADFA (presidente da MAGN e consultor jurídico), a conferência acima referida, em organização da FMAC e sob o alto patrocínio do Governo polaco, que reuniu delegações de associações de mais de 30 países, entre elementos efectivos e convidados,

para além de confederações e federações internacionais de antigos combatentes e prisioneiros de guerra, bem como representantes de organismos como a ONU, a CSCE ou a Europa 2000.

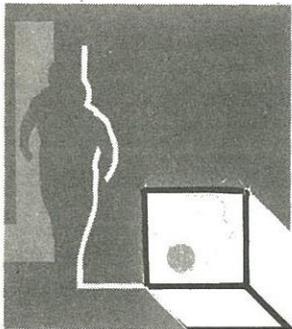
Embora uma análise e um trabalho mais profundo sobre as questões directamente relacionadas com a reunião, não deixaram os participantes de se debruçar, porque de interesse muito próximo, sobre a situação na Jugoslávia — com uma mensagem de apoio à conferência que, na altura, se realizava em Genebra — e sobre a VI Conferência Internacional sobre legislação, que decorrerá em 1994, em Lisboa.

Prémio de Mérito Emprego de pessoas deficientes

Faz precisamente agora um ano que no ELO, e nesta mesma secção, era dada a conhecer a existência de um Prémio de Mérito, criado no âmbito dos incentivos proporcionados pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social através do Instituto do Emprego e da Segurança Social, «às entidades empregadoras do sector público e privado que se distingam na integração profissional de pessoas deficientes».

EMPREGO DE PESSOAS DEFICIENTES

PRÉMIO DE MÉRITO 1992



ciais quer empresariais, para além de representantes de organizações de e para pessoas deficientes, entre os quais o presidente da Direcção Central da ADFA, decorreu, em Lisboa, no dia 25, a cerimónia de entrega dos prémios relativos a 1991, tendo concorrido aos mesmos 27 empresas privadas, 7 «instituições particulares de solidariedade social»/IPSS, 5 Câmaras Municipais e 1 empresa pública. Na ocasião foram proferidas intervenções várias, algumas das quais, pela sua importância, referiremos mais destacadamente em Outubro.

Entretanto, já está marcado, para o dia 9 de Dezembro, o acto relativo ao prémio de 1992, data propositadamente escolhida por ser, em Portugal, consagrada como «Dia Nacional do Deficiente».

— E porque achamos enquadrada no tema, uma curiosidade/notícia que ocupou, num jornal diário, duas páginas, e para a qual chamamos a especial atenção dos nossos empresários, nomeadamente os «jovens empresários».

Sabia que Fabergé, o célebre joalheiro que se tornou mundialmente conhecido, nomeadamente como criador dos «ovos imperiais» para o Czar, empregava inválidos da guerra de 14-18? Pois bem, Andrei Ananov, que se pretende tornar um seu sucessor como artista, imitou-o já em tal atitude, formando 25 operários que contratou entre os mutilados da guerra do Afeganistão!

PARAOLÍMPICOS/92

Tendo-se desenrolado em Barcelona, de 3 a 14 de Setembro, a considerada festa maior do desporto para deficientes, as suas IX Paraolimpíadas, não podemos deixar de referir, como talvez a sua maior conquista, o seu prolongamento, de 13 a 20, em Madrid, no que foram imediatamente denominados «primeiros jogos do coração», dedicados especialmente a deficientes psíquicos, os quais estavam, até agora, afastados deste tipo de competição.



Milhares de pessoas, entre atletas, técnicos, acompanhantes e voluntários, para além dos jornalistas, participaram num encontro memorável que talvez tenha, definitivamente, mudado o olhar do Mundo para as capacidades reais, e mesmo extraordinárias, da pessoa deficiente, também nesta área de actividade. Aliás, a comparação de público, entusiasmado e entusiasmante, foi de tal ordem, que a organização, na capital catalã, se viu obrigada a reabrir, por exemplo, esquemas de transportes que haviam sido montados especialmente para os Jogos Olímpicos.



No que se refere a Portugal, cremos que todos sabem que, entre Barcelona e Madrid, foram conquistadas 3 medalhas de ouro, 3+2 de prata e igual número de bronze e pelos nossos atletas sido batidos variadíssimos recordes. Em ar de graça (!), quase que apetecia perguntar, tendo estado, em permanência, um ministro nos «olímpicos», quantos deveriam ter estado nos «paraolímpicos»?...

Em relação à cobertura pela Comunicação Social, um único e especial destaque vai para o jornal «Re-

cord», o qual teve, em qualquer das duas reuniões, enviadas especiais cujas crónicas, quase sempre de página inteira, não só deram notícia da

Record

parte desportiva como também lhe acrescentaram comentários de grande interesse humano.

De resto, e entre os que fomos lendo, a «A Bola», por exemplo, que nos disse ter lá um correspondente, nada escreveu, e o «Público», que de início prometia, foi-se «apagando» na informação, chegando ao ponto de, em 6 de Setembro, incluir, apenas, uma fotografia com legenda, na secção... «Curiosidades»!

Quanto à RTP, se alguém assim julga, não consideramos que tenha, nas suas possibilidades e obrigações, prestado o serviço que se impunha. Incluir apenas, nos dias de semana, no «Remate», tantas vezes transmitido a horas proibitivas, não só



para o público em geral mas em especial para aquele mais interessado, uns minutos (poucos, comparados com a meia hora diária que telefonicamente, nos tinham dito), com fraca dinâmica e comentários por vezes desajustados com as imagens (segundo parece o Canal 33 transmitia as provas quase em permanência), não foi grande coisa. Talvez tivesse sido preferível ir dando informações nos noticiários normais, ao longo do dia, tal como fez em «Estádio». Mas enfim, como a RTP é nova nestas coisas...

Porque a ADFA esteve presente, quer em Barcelona quer em Madrid, embora nesta de forma indirecta, através do seu sócio José Pavoeiro, técnico da equipa da CERCI/Olivais (Orlando Reis foi o nosso atleta na Catalunha), ELO espera apresentar brevemente um trabalho mais profundo sobre este assunto.

Última hora:

Acabamos de saber que nova grande manifestação desportiva se prepara para ter lugar em Barcelona, de 9 a 13 de Outubro.

Na verdade, tendo sido abertos a outros países os Jogos Nacionais de Espanha para Deficientes Mentais, no âmbito da acção «Special Olympics», a eles estarão presentes cerca de 3000 atletas de 28 nacionalidades, para competir em 22 modalidades, devendo Portugal participar com uma equipa de 40 elementos.



Pela Lei e Pela Grei

Revista da Guarda Nacional Republicana

VIII Colóquio da Imprensa Militar

Este ano em organização da revista «Pela Lei e pela Grei», da Guarda

Nacional Republicana, decorreu, de 28 a 30 deste mês, no Quartel do Carmo, mais uma reunião de trabalho e análise dos responsáveis pelos órgãos de comunicação militares, ou que com a área têm ligação (caso do ELO), tendo sido debatidas questões e dificuldades existentes no sector, nomeadamente quanto a falta de meios humanos e à necessidade de maiores apoios.

Década das Nações Unidas para as pessoas deficientes

Aproximando-se o encerramento da «Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes», cuja proclamação, relembra-se, se segue à declaração, pela ONU, do ano de 1981 como «Ano Internacional do Deficiente» e ao parecimento da «Carta para os anos 80», contributo da «Rehabilitation International» (RI) para essa causa (*), várias acções foram ou estão a ser levadas a efeito para assinalar, condignamente, tal facto.

Porto, e nos próximos dias 24 e 25 de Outubro, o «5.º Congresso Nacional de Deficientes».

Por seu lado, a «Acção de Consciencialização sobre a Deficiência» (ACD), vai apresentar, nos dias 12 e 13 de Outubro, à Assembleia Geral das Nações Unidas, toda uma série de depoimentos sobre a vida de pessoas deficientes, com a particularidade de que os mesmos foram feitos ou recolhidos sob as mais variadas formas, desde sim-



Assim, e das que ELO tem conhecimento, está já em cumprimento um programa mundial de esclarecimento público, promovido pela «Disabled People's International» (DPI) e outras grandes «organizações não governamentais», denominado «Acção de consciencialização sobre a deficiência», o qual foi objecto de uma conferência de imprensa organizada, no passado dia 15, pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes — UCNOD.

Embora não integrado directamente em tal programa, aproveitamos para assinalar que esta entidade organiza, no

ples, cartas, poemas, contos ou diários, até pintura, banda desenhada ou fotografia, em escrita, cassette áudio ou vídeo, utilizando qualquer língua, em Braille e ainda linguagem gestual.

NOTA (*): Tendo, em Dezembro de 1988, dedicado ELO nas suas páginas centrais não só a este tema como ao 40.º aniversário da «Declaração Universal dos Direitos do Homem», que então se comemorava, entende-se como, e infelizmente, de extrema oportunidade repetir aqui e hoje, apenas esta pequena frase da «Declaração» que inicia a «Carta» da «RI»:

«A POBREZA E A GUERRA NÃO SÓ CAUSAM DEFICIÊNCIAS, MAS TAMBÉM AFECTAM A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DESTINADOS À SUA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO.»

COMPANHEIRAS & JUNIORES

«Juniore» atenção

Este ano a FESTA DE NATAL não só é vossa como também será feita por vocês! Toma atenção ao ELO de Outubro, onde saberá mais como participar! Em dia a marcar virás passar uma tarde connosco para se combinar o programa! Se sabes cantar ou tocar, fazer imitações ou outras habilidades, prepara-te!